

O mal que faz a transferência de recursos para o governo

Rafael Jordão
M. Vecchiatti (*)



Nesses últimos vinte meses é que a sociedade brasileira se vem conscientizando da relação entre a gravidade da situação econômica do País e a dívida externa.

Os prejuízos causados por uma política econômica inconsequente, hoje a todos visíveis, vem sendo compulsoriamente repassados aos brasileiros sob a forma de inflação, desemprego e sensível redução no padrão de vida de todos. E a atual equipe econômica dificilmente fará qualquer modificação no rumo atual das negociações.

A causa fundamental do retardamento de um ajuste positivo dentro do próprio período recessivo, e da inibição do crescimento econômico, tem sido a inflação. E o grande causador da inflação tem sido o próprio governo, por ser ele o criador e responsável pelo déficit público.

Vale lembrar aqui as origens distintas do atual e elevado déficit do setor público: em primeiro lugar, foi a ausência de medidas frontais de ajuste ao déficit corrente externo, nesses últimos onze anos, que criou o aumento e a generalização de subsídios compensatórios ao petróleo, trigo, exportação, agricultura, etc. Em segundo lugar, e principalmente, foi a expansão descontrolada dos projetos estatais que provocou o gigantismo desse mesmo déficit.

Somente neste ano (já após ajustes saneadores) serão transferidos para as empresas estatais Cr\$ 10,7 trilhões dos cofres do Tesouro (isto é, do bolso de nós, contribuintes). Essa inimaginável quantia, que equivale a aproximadamente US\$ 6 bilhões, é praticamente metade do serviço da dívida externa do Brasil deste ano. E equivalente também ao montante que um "pool" de oitocentos bancos internacionais teve de pôr à disposição do Brasil para ajudar a equilibrar o balanço de pagamentos do País em 1984.

Ao transferir dinheiro do contribuinte para cobrir déficits de suas companhias, além de estar pagando para que seus empreendimentos deficitários continuem funcionando, o governo está, na verdade, concorrendo deslealmente

com o setor privado e, ao mesmo tempo, camuflando os verdadeiros custos de seus produtos e serviços. Isto significa privilegiar suas atividades empresariais, relegando a segundo plano suas obrigações básicas constitucionais: saúde, educação e segurança.

E o déficit público tornou-se, paradoxalmente, gerador de mais recessão e desemprego. Isso porque se criou um crescente desequilíbrio financeiro produzido na tentativa do governo de financiar esses déficits com títulos públicos, que por sua vez pressionam os juros que se tornaram excessivamente altos, provocando: 1º) Recessão nas atividades produtivas e consequente desemprego, principalmente do setor privado (porque as empresas estatais, mesmo deficitárias, sobrevivem

graças às transferências do Tesouro); e 2º) o desvio de recursos que poderiam ir para as atividades produtivas, mas que fatalmente se canalizam para o mercado financeiro/especulativo, não criadoras de emprego.

Torna-se imprescindível, portanto, parar de drenar recursos do setor privado, ou seja, eliminar muitas das inúmeras taxações e canalizações compulsórias de recursos que só inibem a expansão da atividade econômica produtiva. A transferência de recursos para o governo, sabidamente, realiza-se com enorme perda de eficiência.

E fundamental também restringir o volume de papéis do governo, hoje financiados indefinidamente pelo mercado. Isto pode e deve ser conseguido, criando-

se a independência do Banco Central, afastando-o da tutela do Executivo.

Além disso, faz-se necessário cortar os custos operacionais da administração pública, em todos os níveis. O governo, mais do que as sociedades privadas, deveria ser obrigado a publicar o seu "balanço", semestralmente, e com o mesmo destaque das suas propagandas, informando o quanto custa cada segmento das suas atividades para que o contribuinte "acionista" possa medir a sua eficiência.

Não houve uma análise séria, nem por parte do governo nem por parte do FMI, sobre as mudanças setoriais que ocorreram na composição das principais variáveis macroeconômicas, principalmente após 1973. O que não é cla-

ramente indicado nas matrizes das taxas de crescimento são as mudanças ocorridas na composição do PNB. Na verdade, houve uma alteração desproporcional, concentrada principalmente no crescimento do setor governamental e financeiro, em detrimento do setor manufatureiro e agrícola.

O FMI, como auditor da comunidade financeira internacional, só tem preconizado medidas que produzem, a curto prazo, superávits de caixa para garantir os credores do Brasil. Não tem tido o cuidado (ou o interesse) de analisar as consequências das mutações causadas por esse estado de coisas, antes de recomendar suas medidas "saadoras".

(*) Consultor de empresas em São Paulo.

Enquanto havia possibilidade de acumulação da dívida externa (pela facilidade de créditos no mercado internacional) financiando o déficit corrente e espaço para ampliar o endividamento interno, os problemas não vinham à tona. O que o governo fazia, em nome do Brasil, era simplesmente comprometer a renda futura dos brasileiros.